

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SELEÇÃO PÚBLICA
EDITAL N° 01/2016



DIREITO
ESTAGIÁRIOS

TIPO 04 - AZUL

Organizadora:



DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01

De acordo com a Resolução TJMG nº 682, de 24 de novembro de 2011, que trata dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, compete ao Coordenador, com o auxílio dos Juízes-Adjuntos, onde houver:

- A) Indicar os conciliadores e mediadores, para designação.
- B) Supervisionar a atuação dos setores integrantes do Centro Judiciário.
- C) Organizar as pautas das audiências e sessões de conciliação e mediação, bem como atividades afins.
- D) Supervisionar a atuação dos conciliadores e mediadores nas audiências, no que concerne à aplicação adequada dos métodos e técnicas consensuais para a solução de conflitos.

02

Sobre o tratamento que a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, dá aos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nas causas de que trata a referida lei, não haverá reexame necessário.
- B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- C) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- D) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

03

Estabelece o Código de Defesa do Consumidor que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Complementa que, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) o abatimento proporcional do preço. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos não são considerados impróprios ao uso e consumo, se a perícia constatar que não estão deteriorados.
- B) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- C) O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas indicadas no enunciado sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.
- D) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no enunciado da questão, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

04

De acordo com o que estabelece a Lei de Organização Judiciária: Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, a jurisdição de primeiro grau é exercida:

- A) Pelo Juiz de Direito, apenas.
- B) Pelo Juiz de Direito e Juizados Especiais, apenas.
- C) Pelo Juiz de Direito e pelo Tribunal do Júri, apenas.
- D) Pelo Juiz de Direito, Tribunal do Júri e Juizados Especiais.

05

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, o seu Órgão Especial é constituído pelos:

- A) Dez desembargadores mais antigos e por oito desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- B) Treze desembargadores mais antigos e por doze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- C) Doze desembargadores mais antigos e por treze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- D) Quinze desembargadores mais antigos e por treze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.

06

Sobre a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social.
- B) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- C) É um direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil e penal, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências, o que significa a adoção da distribuição estática do ônus da prova.
- D) É um direito básico do consumidor a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas. Em relação a esta parte final, alguns doutrinadores entendem tratar-se de aplicação da teoria da imprevisão, enquanto outros afirmam ser da teoria da base objetiva do negócio jurídico.

07

Sobre a “Aplicação da Lei Penal”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- II. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- IV. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

08

Se “A”, residente no México, envia um carta bomba para uma vítima residente no Brasil e a carta é aberta em seu destino, explodindo e deixando vítimas, qual o lugar do crime? Para solucionar questões como esta, o Código Penal, em relação ao lugar do crime, adota a teoria:

- A) Da ação.
- B) Da atividade.
- C) Do resultado.
- D) Da ubiquidade.

14

A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – alterada pela Lei nº 12.777, de 7 de fevereiro de 2006, institui uma hipótese de julgamento imediato, apelidado pela doutrina de julgamento de improcedência *prima facie*. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Na aplicação do instituto é proferida a sentença de plano, sendo dispensada a citação da parte requerida.
- B) Só é cabível quando a questão controvertida for unicamente de direito. Em caso de haver questão de fato, não se admite a aplicação do instituto.
- C) Basta ao juiz reproduzir o teor da sentença anteriormente prolatada, pois também é requisito que, no juízo, já tenha sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.
- D) No caso de o juiz reconhecer a improcedência de plano, se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de quarenta e oito horas, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

15

Estabelece a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – que é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. Assinale a alternativa que NÃO contenha um requisito de admissibilidade da cumulação.

- A) O rito adotado deve ser o ordinário.
- B) Os pedidos devem ser compatíveis entre si.
- C) O mesmo juízo deve ser competente para todos os pedidos.
- D) O tipo de procedimento deve ser adequado para todos os pedidos.

16

Sobre o tema “Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil”, assinale a alternativa correta.

- A) Em relação ao princípio da Separação de Poderes, a independência entre os referidos Poderes é absoluta.
- B) A doutrina explica que a divisão dos Poderes fundamenta-se em dois elementos: a especialização funcional e a independência orgânica.
- C) A Soberania significa, no plano externo, a supremacia do Estado sobre as demais instituições e, no plano interno, a independência do Estado em relação aos demais Estados.
- D) Considerando-se o conceito da doutrina em geral e não aquele do pensador Raul Machado Horta, a Constituição de 1988 mantém o federalismo assimétrico, fazendo concessões ao federalismo simétrico.

17

Sobre a Administração Pública Direta e Indireta, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pela descentralização o ente federativo procede a uma divisão interna de competências ou tarefas.
- II. Descentralização e desconcentração são conceitos distintos.
- III. Na desconcentração não se fala em hierarquia, mas em controle e fiscalização.
- IV. A descentralização por outorga, se dá mediante lei.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

18

Sobre a extinção do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os atos que geram direitos não podem ser anulados.
- B) A revogação do ato administrativo tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroagem.
- C) O Poder Judiciário e a Administração Pública podem ser sujeitos ativos na anulação de atos administrativos.
- D) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

19

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) Os menores de dezesseis anos de idade.
- B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- C) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- D) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

20

É nulo o negócio jurídico:

- A) Praticado por erro ou fraude contra credores.
- B) Simulado ou quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- C) Na hipótese de não revestir a forma prescrita em lei ou praticado mediante coação.
- D) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito ou no caso de lesão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para responder às questões de 21 a 35.

Ódio ao Semelhante – Sobre a Militância de Tribunal

Ninguém pode negar o conflito como parte fundamental do fenômeno político. Só existe política porque existem diferenças, discordâncias, visões de mundo que se distanciam, ideologias, lutas por direitos, por hegemonia. Isso quer dizer que no cerne do fenômeno político está a democracia como um desejo de participação que implica as tensões próprias à diferença que busca um lugar no contexto social. [...]

Esse texto não tem por finalidade tratar da importância do conflito ou da crítica, mas analisar um fenômeno que surgiu, e se potencializou, na era das redes sociais: a “militância de tribunal”. Essa prática é apresentada como manifestação de ativismo político, mas se reduz ao ato de proferir julgamentos, todos de natureza condenatória, contra seus adversários e, muitas vezes, em desfavor dos próprios parceiros de projeto político. São típicos julgamentos de excessão, nos quais a figura do acusador e do julgador se confundem, não existe uma acusação bem delimitada, nem a oportunidade do acusado se defender. Nesses julgamentos, que muito revela do “militante de tribunal”, os eventuais erros do “acusado”, por um lado, são potencializados, sem qualquer compromisso com a facticidade; por outro, perdem importância para a hipótese previamente formulada pelo acusador-julgador, a partir de preconceitos, perversões, ressentimentos, inveja e, sobretudo, ódio.

Ódio direcionado ao inimigo, aquele com o qual o “acusador-julgador” não se identifica e, por essa razão, nega a possibilidade de dialogar e, o que tem se tornado cada vez mais frequente, o ódio relacionado ao próximo, aquele que é, ou deveria ser, um aliado nas trincheiras políticas. Ódio que nasce daquilo que *Freud* chamou de “narcisismo das pequenas diferenças”. Ódio ao semelhante, aquele que admiramos, do qual somos “parceiros”, ao qual, contudo, dedicamos nosso ódio sempre que ele não faz exatamente aquilo que deveria – ou o que nós acreditamos que deveria – fazer.

Exemplos não faltam. Pense-se na militante feminista que gasta mais tempo a “condenar” outras mulheres, a julgar outros “feminismos”, do que no enfrentamento concreto à dominação masculina. A *Internet* está cheia de exemplos de especialistas em julgamento e condenação. A caça por sucesso naquilo que imaginam ser o “clubinho das feministas” (por muitas que se dizem feministas enquanto realizam o feminismo como uma mera moral) tem algo da antiga caça às bruxas que regozija até hoje o machismo estrutural. Nunca se verá a “militante de tribunal feminista” em atitude isenta elogiando a postura correta, mas sempre espetacularizando a postura “errada” daquela que deseja condenar. Muitas constroem seus nomes virtuais, seu capital político, aquilo que imaginam ser um verdadeiro protagonismo feminista, no meio dessas pequenas guerras e linchamentos virtuais nas quais se consideram vencedoras pela gritaria. Há, infelizmente, feministas que se perdem, esvaziam o feminismo e servem de espetáculo àqueles que adoram odiar o feminismo. [...] Apoio mesmo, concreto, às grandes lutas do feminismo, isso não, pois não é tão fácil nem deve dar tanto prazer quanto a condenação no tribunal virtual montado em sua própria casa. [...]

(Marcia Tiburi e Rubens Casara. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/01/odio-ao-semelhante-sobre-a-militancia-de-tribunal/>. Publicado dia: 10/01/2016. Adaptado.)

21

No 4º§ do texto, considerando-se o contexto apresentado, as aspas são empregadas em “condenar” e “feminismos” com o propósito de

- A) atribuir sentido particular.
- B) indicar o uso de arcaísmos.
- C) delimitar trecho citado textualmente.
- D) ressaltar tais vocábulos dentro do contexto.

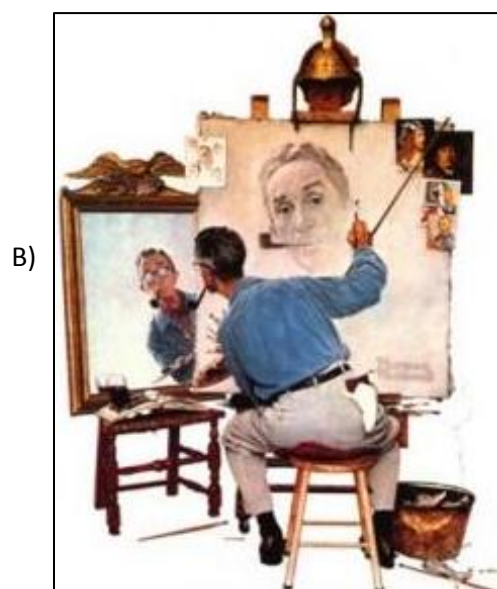
22

No texto, há três vocábulos que foram grafados, propositadamente, com alguma INCORREÇÃO. São eles:

- A) Regozija / isenta / ativismo.
- B) Hegemonia / cerne / hipótese.
- C) Tensões / excessão / adversários.
- D) Facticidade / perversões / ressentimentos.

23

No 2º§, ao determinar a finalidade do texto, a autora coloca em evidência um dos elementos do processo comunicativo. O mesmo pode ser observado em:



(Disponível em: <http://diogoprofessor.blogspot.com.br/>)



(O Estado de S. Paulo, ago., 2004.)



(Disponível em: <http://portugues.uol.com.br/>)

24

Os argumentos apresentados constituem um dos recursos para a construção da tipologia textual apresentada. Como característica de tal texto, as ideias e opiniões do autor são explicitadas com base em tais argumentos. Diante da forma como o assunto é trazido ao texto, pode-se afirmar que os sentimentos dos autores em relação ao assunto tratado são de:

- A) Ódio e decepção.
- B) Revolta e ansiedade.
- C) Tristeza e desaprovação.
- D) Perplexidade e esgotamento.

25

A partir do reconhecimento das características predominantes da estrutura textual apresentada, assinale – dentre os trechos a seguir – um exemplo que demonstra as mesmas características no que se refere a tal estrutura.

- A) “Alexandre Saldanha Ribeiro. Desprezou o elevador e seguiu pela escada, apesar da volumosa mala que carregava e do número de andares a serem vencidos. Dez.”
(RUBIÃO, Murilo. *A casa do girassol vermelho*.)
- B) “Quando a Democracia surgiu na Grécia, por volta de 500 a.C., os atenienses fizeram questão de traçar uma linha nítida entre as esferas pública e privada. O poder do Estado terminava onde começava a privacidade do lar.”
(D’ÁVILA, Luiz Felipe. *In: República*.)
- C) “Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la.”
(CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*.)
- D) “Às sete horas o despertador tocou. Samuel saltou da cama, correu para o banheiro, fez a barba e lavou-se. Vestiu-se rapidamente e sem ruído. Estava na cozinha, preparando sanduíches, quando a mulher apareceu, bocejando: – Vais sair de novo, Samuel?”
(SCLIAR, Moacyr. *O conto brasileiro contemporâneo*.)

26

Acerca do emprego da expressão “*trincheiras políticas*”, no 3º§, é correto afirmar que

- A) pertence à linguagem coloquial, podendo ser substituída por “triunfo político”.
- B) há uma ideia de comparação entre elementos presentes em duas situações distintas.
- C) demonstra o uso de vocábulos cuja intenção é ironizar o conflito presente na situação apresentada.
- D) possui sentido pejorativo, considerando-se o contexto em que há uma crítica à atuação do “acusador-julgador”.

27

A citação de textos autorizados, assim como de depoimentos, constitui um recurso argumentativo empregado na comprovação da tese defendida no texto dissertativo-argumentativo. Ao utilizar a citação de Freud: “*narcisismo das pequenas diferenças*” pode-se depreender que ocorre:

- A) Uma referência que se enquadra, de acordo com aspectos semelhantes, à situação em questão apresentada no texto.
- B) Uma demonstração de apoio dos autores em relação às atitudes e ideias de indivíduos referidos através de tal citação.
- C) Uma contra-argumentação em relação às ideias defendidas no texto, através da qual a tese será ainda mais reforçada.
- D) Desenvolvimento de ideias contrárias às apresentadas no texto e confirmação da existência de ideias discriminatórias provenientes do autor de tal citação.

28

Em “[...] *próprias à diferença que busca um lugar no contexto social*.” (1º§) é possível identificar o uso do sinal grave decorrente da união de dois segmentos sintáticos do texto. O uso correto do sinal grave, indicador de crase, pode ser observado em:

- A) Caminhamos até à praia todas as manhãs.
- B) Durante o discurso não houve referência à vocês.
- C) A alergia à algum medicamento pode trazer efeitos desastrosos.
- D) Tornarei à frequentar o local quando estiver emocionalmente estruturado.

29

Considerando-se a adequação do texto de acordo com a norma padrão da língua, assinale a alternativa cuja indicação apresenta-se correta em relação às regras de pontuação.

- A) Seria gramaticalmente correto o emprego de dois-pontos após “*existem*” (1º§).
- B) Com o objetivo de dar destaque à palavra “*conflito*” (1º§), seria gramaticalmente correto separar tal vocábulo colocando-o entre vírgulas.
- C) No 2º§, seria gramaticalmente correto o emprego de um travessão imediatamente antes do primeiro “*mas*” em substituição à vírgula utilizada, indicando o ponto de vista dos autores do texto.
- D) Do ponto de vista gramatical, as vírgulas que separam a expressão “*e se potencializou*” (2º§) poderiam ser retiradas, desde que os dois pontos do período fossem retirados e colocados após “*potencializou*”.

30

Mantendo-se o sentido original e considerando-se as relações de regência estabelecidas entre os termos da oração, assinale a alternativa em que a substituição proposta está de acordo com as regras prescritas pela gramática normativa.

- A) “*A caça por sucesso*” (4º§) por “*A caça com sucesso*”.
- B) “*aquilo que deveria*” (3º§) por “*aquilo ao qual deveria*”.
- C) “*Ódio ao semelhante*” (3º§) por “*Ódio para com o semelhante*”.
- D) “*tratar da importância do conflito*” (2º§) por “*tratar para a importância do conflito*”.

31

Considerando as ideias apresentadas no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A negação da existência do conflito é também a negação de que haja um fenômeno político.
- II. No 3º§ do texto, a referida possibilidade de diálogo é negada pelos dois interlocutores que deveriam participar de tal prática.
- III. A “*militância de tribunal*”, virtual, tornou-se um assunto com nível de importância superior às questões que envolvem debates críticos na atual era das redes sociais.

Está(ão) de acordo com o texto apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

32

Mantendo-se a correção semântica e de acordo com a norma padrão da língua, o trecho grifado em “*Ódio direcionado ao inimigo, aquele com o qual o ‘acusador-julgador’ não se identifica [...]*” (3º§) poderia ser substituído por

- A) aqueles com que.
- B) aquele sob o qual.
- C) aquele com quem.
- D) aqueles com os quais.

33

Sem que haja prejuízo aos sentidos do texto em relação ao trecho destacado, a sugestão de substituição apresentada está correta em:

- A) “*Essa prática é apresentada como manifestação de ativismo político, mas se reduz ao ato de proferir julgamentos, todos de natureza condenatória, [...]*” (2º§) – que conclamam o acusado
- B) “*Ódio direcionado ao inimigo, aquele com o qual o ‘acusador-julgador’ não se identifica e, por essa razão, nega a possibilidade de dialogar [...]*” (3º§) – contrapõe-se ao estabelecimento do diálogo
- C) “[...] perdem importância para a hipótese previamente formulada pelo acusador-julgador, a partir de preconceitos, perversões, ressentimentos, inveja e, sobretudo, ódio.” (2º§) – desfazem a hipótese
- D) “*Apoio mesmo, concreto, às grandes lutas do feminismo, isso não, pois não é tão fácil nem deve dar tanto prazer quanto a condenação no tribunal virtual montado em sua própria casa.*” (4º§) – à perseguição sofrida pelo feminismo

34

Em *“Só existe política porque existem diferenças, discordâncias, visões de mundo que se distanciam, ideologias, lutas por direitos, por hegemonia.”* (1º§), pode-se afirmar que, em relação à concordância verbal estabelecida,

- A) a forma “existem” pode ser substituída, facultativamente, por “existe”; de acordo com a forma no singular de “política”.
- B) a flexão de plural em “distanciam” e em “existem” associam-se de modo que, a alteração quanto à flexão de uma forma verbal reflete em alteração na forma da outra.
- C) caso as duas ocorrências do verbo “existir” fossem substituídas pelo verbo “haver”, não haveria flexão de plural para que houvesse a preservação da adequação quanto à norma padrão.
- D) a flexão de plural em “distanciam” está adequada considerando-se o plural de “visões”, contudo existe a possibilidade do emprego do verbo no singular, atribuindo-se, coerentemente, ênfase a “mundo”.

35

Depreende-se da argumentação do texto acerca da expressão “*militância de tribunal*” que

- A) tal prática possui caráter contraditório tendo em vista sua apresentação e sua efetiva atuação.
- B) há uma construção argumentativa de uma posição que se contrapõe a tal prática, considerando-se procedimentos e efeitos que lhe são pertinentes.
- C) em um ambiente virtual não há regras preestabelecidas, portanto, não há meios através dos quais as atitudes inerentes a tal prática possam ser questionadas.
- D) tendo em vista os aspectos formais de tal prática, questões advindas de ideias preconceituosas dão lugar a elementos factuais, os quais têm um peso maior diante das mesmas.

Texto II para responder às questões de 36 a 40.

[...]

Entrevistador – Como você vê o papel do escritor em um país como o Brasil?

***João Antônio** – Para mim, o escritor, enquanto escreve, é exclusivamente um escritor – operário da palavra queimando olhos e criando corcunda sobre o papel e a máquina. Pronto o livro, o autor brasileiro não deve fugir à realidade de que é um vendedor, como um vendedor de cebolas ou batatas. Mas com uma diferença, é claro: no Brasil o livro não é considerado como produto de primeira necessidade, como os cereais. Também por isso, há de se sair a campo e de se divulgar o que se sabe fazer. Efetivamente, é mais do que um camelô de sua área: conversa sobre a obra, mas o ideal é que ouça muito o seu parceiro, o leitor. Que jamais se estabeleça um clima formal, doutoral, beletrístico, mas de debate, discussão, questionamento, amizade. Se o escritor se enclausura numa torre, se atende apenas à onda geral da feira de vaidades que é a chamada vida literária, jamais poderá sentir a realidade de seu público.

(ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Ática, 1998. Fragmento.)

*João Antônio Ferreira Filho (1937-1996), escritor paulista, é considerado um dos melhores contistas brasileiros do século XX.

36

Em sua resposta, o entrevistado utiliza-se de um recurso de expressão para referir-se ao escritor em que

- A) há uma aparente contradição entre conceitos distintos.
- B) a construção do discurso apresenta ambiguidade, se analisada de forma criteriosa.
- C) é possível identificar o emprego de vocábulos indicadores de regionalismo linguístico.
- D) o raciocínio é construído pela projeção de analogias entre domínios, distintos, da experiência.

37

Em *“Mas com uma diferença, é claro: no Brasil o livro não é considerado como produto de primeira necessidade, como os cereais.”*, a adequação gramatical normativa seria mantida se

- A) após “cereais” fosse acrescentado “o são”.
- B) após “cereais” fosse acrescentado “os são”.
- C) “não é considerado” fosse substituído por “não são considerados”.
- D) “o livro não é considerado” fosse substituído por “não haveriam livros considerados”.

38

Acerca dos mecanismos de regência, responsáveis pela estruturação lógico-sintática dos enunciados linguísticos, identifique o trecho em que o “a” em destaque NÃO estabelece uma relação de regência entre dois termos.

- A) “[...] Também por isso, há de se sair a campo [...]”
- B) “[...] um camelô de sua área: conversa sobre a obra, [...]”
- C) “[...] não deve fugir à realidade de que é um vendedor [...]”
- D) “[...] se atende apenas à onda geral da feira de vaidades [...]”

39

Caso o escritor tivesse iniciado sua resposta com “Para mim, a maioria dos escritores, enquanto escreve, [...]” seria correto afirmar que

- A) a concordância não está de acordo com a norma padrão da língua, sendo necessária a substituição de “escreve” por “escrevem”.
- B) não há diferença semântica entre a escolha de uma ou de outra possibilidade de concordância do verbo, a saber: no singular ou no plural.
- C) existe a possibilidade de que seja acrescentado o pronome apassivador “se” ao verbo, mantendo sua concordância na 3ª pessoa do singular.
- D) a concordância, neste caso, se deu com a expressão partitiva, havendo possibilidade da flexão no plural para o verbo “escrever” concordando com a palavra no plural “escritores”.

40

A resposta dada pelo escritor tem como ponto central, em torno do qual gravita sua argumentação:

- A) A interação entre escritor e leitor.
- B) Benefícios da leitura na sociedade brasileira.
- C) A necessidade do reconhecimento da importância do livro.
- D) Traços fundamentais da cultura brasileira através dos tempos.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, composta por uma questão, terá caráter eliminatório e classificatório e versará sobre o conteúdo de Conhecimento Específico.
- A Prova Discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
- A resposta da prova discursiva deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- Não será corrigida a resposta à prova discursiva que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- À prova discursiva serão atribuídos de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos, divididos conforme quesitos abaixo:

(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	PONTUAÇÃO
Abordagem do tema e desenvolvimento do conteúdo (Neste critério serão avaliados: I – Progressão textual; II – Estabelecimento de conexões lógicas entre os argumentos (coesão); III – Propriedade ou adequação de vocabulário).	15,00
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	25,00
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	

Dentro da Teoria do Crime disserte sobre a Relação de Causalidade, abordando as principais teorias sobre o assunto, o processo hipotético de eliminação de *Thyrén* e a possibilidade de regresso infinito. Ressalta-se que não é necessário abordar a teoria da Imputação Objetiva nem as causas absolutas ou relativamente independentes.

DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo.
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao terminarem, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e uma questão discursiva. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá levar o Caderno de Questões a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos destinados à realização das provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo da Seleção Pública e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net, em até 2 dias após a realização da prova.
- O prazo para a interposição dos recursos será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado objeto do recurso.
- Os recursos deverão ser apresentados à CONSULPLAN, via endereço eletrônico www.consulplan.net, clicando no *link* correspondente à “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59 do último dia recursal. O estudante deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.